

Uma análise decolonial sobre três interpretações do movimento feminista no Brasil: redefinindo as fronteiras do mapa (1970-1980)

A decolonial analysis about three interpretations of women's movement in Brazil: redefining the borders of the map (1970-1980)

Leticia Alves Maione*

Resumo – O trabalho consiste em uma análise crítica que coloca em debate três interpretações sobre a formação do campo feminista no Brasil durante os anos de 1970-1980. Buscando apoio no aparato conceitual de feministas decoloniais, meu interesse foi revelar e relacionar parte da heterogeneidade feminista do período. Ademais, a estratégia de conceber o campo como formado por ideias e discursos vívidos, praticados e corporificados em uma espacialidade (SEABRA; ASSIS, 2016) me permitiu ir além das expressões feministas que centralizam seu discurso, memória, fundação e identificações. Proveu-me também a observação de operações de silenciamento e falsas dicotomias que não explicariam todas as participações no campo, enquanto viabilizou o mapeamento de posições sociais e políticas que foram invisibilizadas. Ao me deparar com categorias que rechaçam as definições eurocêntricas às Américas (GONZALEZ, 1988; 2011), concluo que estas trazem: a ampliação das fronteiras do(s) campo(s) feminista(s) no Brasil, bem como a radicalização deste(s). **Palavras-chave:** movimento feminista; anos de 1970-1980; feminismo anti/decolonial.

Abstract – This article consists of a critical analysis that debates three interpretations on the formation of the feminist field in Brazil between 1970 and 1980. Seeking support in the conceptual apparatus of decolonial feminists, my interest was revealing and relating part of the feminist heterogeneity in this period. Furthermore, the strategy of conceiving the field as formed by ideas and discourses which are lived, practiced, and embodied in a spatiality (SEABRA E ASSIS, 2016), encouraged me to exceed feminist expressions that centralize its discourse, memory, foundation, and identifications. It also provided me the observation of silencing operations and false dichotomies that do not explain all participations in the field; while it made possible to map social and political positions made invisible. Coming across cate-

* Educadora e pesquisadora. Mestra em Estudos de Gêneros e das Mulheres pela Universidade de Bologna/Universidade de Oviedo. Mestranda em Ciências Sociais e Humanas (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN). E-mail: leticialvesmaione@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0676-4514>.

gories that reject Eurocentric definitions for the Americas (GONZALEZ, 1988; 2011), I realize that these bring the expansion of borders of the feminist field(s) in Brazil, as well as its radicalization.

Keywords: feminist movement; 1970-1980; decolonial feminism.

Introdução

O presente artigo corresponde a um capítulo de dissertação defendida para conclusão de mestrado e, portanto, busca compartilhar parte dos resultados da análise crítica e do mapeamento realizado de três (contra)narrativas produzidas sobre a formação do(s) movimento(s) feminista(s) nas décadas de 1970-1980, com foco no eixo dos grandes centros urbanos Rio de Janeiro e São Paulo¹. Meu objetivo principal com o trabalho foi o de ampliar as percepções sobre as presenças no(s) campo(s) feminista(s) e, ao mesmo tempo, buscar o reconhecimento da heterogeneidade epistemológica que contribui para suas práticas políticas e teóricas.

Ao enfatizar a existência de uma pluralidade de matrizes, a justificativa deste estudo repousa na relevância de trazer à tona as relações entre as formas heterogêneas de ser/saber. Dessa forma, afirmo também uma relação entre produção de conhecimento, poder e luta de diferentes campos e genealogias políticas pela justiça social em termos epistemológicos, fazendo referência a como uma parte das correntes feministas da América Latina influencia e, por sua vez, é constituída por esse debate. Este é um debate extremamente necessário na medida em que se estabelece, no cenário da academia feminista brasileira e latino-americana, o paradigma de uma pluralidade constitutiva do feminismo. Acredita-se, portanto, ter o feminismo decolonial gestado robusta contribuição que permite apontar e examinar as relações acima descritas, no contexto brasileiro.

Por esse motivo, o arcabouço teórico-metodológico de intelectuais – em grande parte, militantes – desta escola aparece como uma de minhas principais referências para a crítica dos três textos aqui analisados. Os trabalhos de Cynthia Sarti (1988, 2004), Joana Maria Pedro (2006) e Lélia Gonzalez (2011)² surgem em meu caminho investigativo como reveladores de (contra)memória e enquanto estudos de relevância utilizados pelos movi-

¹ O curso de mestrado mencionado pertence ao GEMMA – Erasmus Mundus Master's Degree in Women's and Gender Studies, ministrados pela Universidade de Bologna e Universidade de Oviedo. Gostaria de agradecer à María del Rosario González Arias e Hans Van Den Broek, ambos do Departamento de Sociologia desta última, pela orientação desta dissertação. No mais, agradeço também às amigas e companheiras Ana Carolina Brandão e Jéssica Mara Raul pela leitura e sugestões feitas ao trabalho nesta sua segunda etapa.

² O trabalho de Gonzalez foi originalmente publicado em 1988. A versão que tive acesso, porém, foi a do ano de 2011, publicada pelo Círculo Palmarino, conforme consta nas referências deste artigo.

mentos feministas por proporem explicações e traduções sobre as práticas políticas e de construção de conhecimento daquele período³.

No entanto, apesar de serem consideradas como notáveis interpretações da formação feminista e do grande fluxo de citações recebidas por essas obras, estas raramente são apresentadas uma em relação a outra, justificando assim minha primeira estratégia de ler as autoras realizando uma comparação entre suas diferentes análises. Uma vez confrontadas, destacam-se as diferentes categorias utilizadas para a compreensão constitutiva do movimento onde, por vezes, estas coincidem, discordam ou se sobrepõem umas às outras, dificultando a identificação de alguns sujeitos coletivos, bem como de suas posições e narrativas enquanto integrantes do campo.

Foi então que visualizar a constituição política e social do feminismo como “campos” proporcionou a devida coerência teórico-metodológica ao trabalho, lidando com a complexidade que exige a ampliação da percepção sobre os sujeitos coletivos envolvidos na formação feminista no Brasil. Ao reconhecer que um “emaranhado de interlocuções” tem sido parte crucial de sua constituição (ALVAREZ, 2014b, p. 19), a imagem de “campo(s)” proporciona uma ferramenta metodológica para localizar os lugares sociais e políticos de enunciação (SEABRA; ASSIS, 2016) que estão fora das definições categóricas de outrora. O aparato conceitual advindo da noção de “campo discursivo de ação” desenvolvido por Sonia Alvarez (2014b), bem como elementos da cartografia social expostos por Ana Clara Torres, foram apresentados por Joana E. Seabra e Mariana P. Assis (2016) como uma forma de tratar metodologicamente e mapear o pensamento social feminista crítico na América Latina.

As elaborações das autoras orientam a análise neste trabalho sobre as possibilidades que emergem da identificação das (contra)narrativas que, para além de suas articulações com o “lugar”, são providas também por sua relação com o “contexto”⁴. Nesta ocasião, me concentro na narrativa como material de mapeamento e, seguindo suas orientações, exploro como estas são construídas com o apoio em dimensões e categorias coconstruídas, bem como suas implicações para a “crítica e proposição de paradoxos transformadores”⁵ (SEABRA; ASSIS, 2016, p. 488).

Sarti (1988, 2004), por exemplo, chamará a atenção para os setores das mulheres organizadas em partidos políticos da esquerda, em con-

³ Com base na discussão promovida por Miñoso (2010b), Seabra e Assis (2016, p. 477) destacam o caráter do pensamento social crítico feminista latino-americano integrado por uma relação intrínseca entre produção teórica e prática, que tem como consequências: 1) contrastar com a visão hegemônica de conhecimento; 2) orientar seu trabalho na academia desde o ponto de vista das lutas coletivas das quais tais intelectuais militantes fazem parte.

⁴ Se o contexto opera como identificação da experiência de vida, do corpo e do território como espaços fundamentais para a produção de conhecimento, o “lugar” aponta para os caminhos de escolhas políticas e epistemológicas (SEABRA; ASSIS, 2016) que servirão para trilhar contestações às identidades opressoras.

⁵ Paradoxos transformativos são definidos nas descobertas de Alvarez (2014a, p. 64) como transformações significativas nos engajamentos feministas que produzem efeitos paradoxais. Eles parecem fortalecer a dinâmica do campo, mas ao mesmo tempo definem sua natureza e abrangência, disciplinando discursos e práticas feministas.

dição de clandestinidade, e as mulheres dos movimentos populares urbanos. A autora oferece uma análise crítica do processo de modernização e desenvolvimento, de seu impacto nas distintas e desiguais posições sociais das mulheres, assim como da universalização presente na perspectiva feminista ocidental. Porém, sua proposta de caracterização do movimento feminista irá se restringir a um caráter interclassista. Os trabalhos de Sarti que analisei principalmente foram: *Feminismo no Brasil: uma história particular* (1988) e *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória* (2004).

Por sua vez, Joana Maria Pedro (2006) tem o interesse em evidenciar como a narrativa fundacional do feminismo no Brasil é resultado de invenções e lutas de poder entre as diferentes forças sociais e políticas do período. O foco principal de Pedro é direcionado às mulheres de partidos e organizações políticas de esquerda, assim como Sarti, mas também ao que a autora identifica como uma corrente feminista anterior aos anos de 1970-1980. Esta corrente será retratada em seu trabalho através de mulheres brancas, de classe média, intelectualizadas e com experiências políticas e acadêmicas nos Estados Unidos e Europa. Seu principal trabalho analisado nesta pesquisa foi: *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)* (PEDRO, 2006).

Por último, Lélia Gonzalez (2011) denuncia o racismo estrutural nas sociedades e movimentos sociais da América Latina e, mais especificamente, no Brasil. A autora enfatiza o surgimento dos movimentos de amefricanas e ameríndias, reivindicando uma nova perspectiva com a qual abordar os movimentos de mulheres na região. Para a autora, as categorias debruçadas até então sobre a experiência e a participação no movimento de mulheres ignoram a trajetória das mulheres amefricanas e ameríndias nos movimentos étnico-raciais. O trabalho de Gonzalez (2011) no qual me concentrei, principalmente, foi: *Por um feminismo Afrolatinoamericano*.

É possível antecipar que, quando confrontadas, por um lado, essas narrativas demonstram relações de desigualdade, operações de silenciamento e revelam a colonialidade de gênero (LUGONES, 2007). Por outro, elas manifestam também a radicalização do(s) campo(s) feminista(s). Os trabalhos de Sarti (1988, 2004) e Pedro (2006) são exemplos de narrativas que ainda encontram dificuldades para superar interpretações dicotômicas sobre as participações no campo feminista. No entanto, o trabalho de Gonzalez (2011) oferece a possibilidade de reinterpretar as fronteiras do campo de maneira que não apenas as categorias propostas por ela possam ser localizadas. Chego ao final deste trabalho com a conclusão de que, uma vez que as fronteiras de um mapa são reimaginadas, podemos questionar como e por quem esse mapa foi conceitualizado. Não obstante, é igualmente indispensável enxergar não apenas a produção de ausências e silenciamentos, mas também a produção de presenças e conhecimentos insurgentes, que possibilitam contra-arrestar verdades universais impostas sobre os con-

textos e experiências de sujeitos sociais e históricos nas lutas feministas e de outros campos políticos.

A história particular do feminismo no Brasil, por Cynthia Sarti: o caráter interclassista como explicação do movimento de mulheres durante os anos de 1970-1980

Desde a década de 1980, Cynthia Sarti optou por fazer uma análise do ressurgimento do movimento feminista organizado no Brasil através do contexto histórico da ditadura militar (1964-1984), do modelo de modernização excludente da década de 1970 e da desigualdade histórica que marca a sociedade brasileira. Igualmente interessante foi descobrir, nos trabalhos de Sarti, como sua participação na militância feminista ajudou a moldar sua pesquisa sobre mulheres trabalhadoras que viviam nas periferias de São Paulo. Um sentimento de desconfiança a um discurso feminista universal a levou ao desenvolvimento de trabalhos sobre as condições sociais de mulheres que escapavam de seu próprio grupo social de referência⁶. As elaborações de Sarti cumpriram, assim, um papel importante ao indicar as diferentes posições que mulheres negras e brancas, das classes média e trabalhadora, ocupavam e como isso influenciou nas diferentes perspectivas políticas dentro dos movimentos de mulheres e feminista.

Um ponto importante que desenvolve a autora sobre o contexto brasileiro é o encontro entre modernização excludente e o que foi sendo constituído como “a questão das mulheres”. A seu ver, a modernização excludente deve ser vista como um processo de continuidade e incremento das desigualdades históricas referentes à distribuição e concentração de recursos e riquezas nesta sociedade (SARTI, 1988, p. 40). O setor privilegiado pela política econômica de desenvolvimento, segundo Sarti, é mais propício à adesão aos ideais modernos nos grandes centros urbanos, enquanto que nas periferias e áreas rurais, a exclusão da maior parte da população dos benefícios do crescimento econômico é traduzida, principalmente, em condições precárias de trabalho e falta de acesso à moradia, terra, educação e serviços de infraestrutura.

Nesse sentido, se destaca a lucidez da crítica da autora em relação a uma compreensão, muito difundida na época, de que a repressão do regime ditatorial era o principal inviabilizador ideológico do feminismo, minimizando as objeções colocadas, em nosso contexto, à importação de categorias, bem como de marcos teóricos explicativos e práticos vindos dos Estados Unidos e da Europa. Esse é o panorama dado pela autora para cri-

⁶ Esta declaração é feita especialmente na introdução de sua tese de doutorado, intitulada *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo* (1994). Além deste, Sarti (1985) desenvolveu uma série de trabalhos tratando do tema, dos quais também se destaca sua dissertação de mestrado: *É sina que a gente traz: ser mulher na periferia urbana*.

ticar o ideário ocidental universalizante e individualista por trás do feminismo hegemônico ocidental, que experimentou uma maior adesão, no Brasil, em tal época.

Se, por um lado, Sarti apresenta o problema do feminismo ter centrado e generalizado uma noção moderna da pessoa com base no indivíduo, o que não acontece em todos os contextos (SARTI, 2004, p. 45), por outro lado, a autora afirma ser este investido com demandas específicas que não fornecem uma identificação para vastos setores de mulheres, pois, como afirma: “A independência feminina tem a marca de sua classe e de sua cor” (SARTI, 1988, p. 39-40). Sarti aborda também as experiências muito distintas em termos de trabalho remunerado e universo familiar. A presença da trabalhadora doméstica nos lares da classe alta e média, por exemplo, possibilitando o processo de libertação de algumas poucas mulheres brancas, é atribuída por Sarti (1988) à história da escravidão na sociedade brasileira.

O seu conjunto de críticas, no entanto, não impedirá que Sarti, ao apresentar os setores que integram os movimentos feminista e de mulheres no Brasil, o faça de forma reduzida, atendo-se a ressaltar o seu caráter interclassista como parte de seu aspecto particular. Sarti defende que o Ano Internacional das Mulheres, declarado pela Organização das Nações Unidas em 1975, dará um pretexto para a criação de um movimento de mulheres chamado, principalmente, por mulheres organizadas em partidos da esquerda e pertencentes às camadas médias, quando estas buscavam burlar a condição de clandestinidade para se organizar politicamente (SARTI, 1988). O evento e as organizações que foram criadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, através de um processo de mobilização voltado para a agenda internacional, irão concentrar, por parte de Sarti, a identificação da corrente feminista do movimento. Além da autora, circula pela produção de conhecimento sobre a atuação feminista na época, a tese da motivação central das militantes partidárias ser a defesa da democratização diante de um cenário de completa erradicação das forças políticas revolucionárias (COSTA, 1988).

Como contrapartida a essa categoria, a autora argumenta que as partidárias se articularam às mulheres dos movimentos populares, vindas das classes mais empobrecidas, que, pertencentes às associações de bairros e comunidades eclesiais de base (CEBs), levam demandas desde seus cotidianos nas periferias urbanas. Basta ver que a aliança feminismo e marxismo já descreveu casos semelhantes em outras paisagens para concluirmos que a referência feminista em ditas forças políticas e intelectualidades é de longa data⁷. O que nos levaria a crer, então, que o salto analítico da proposta de

⁷ Pisa e Boscato (2012) são somente um exemplo, entre tantos, que conta o caso italiano em um contexto de forte disputa entre as doutrinas marxista e católica, o *Curso das 150 horas somente para mulheres*. A experiência de formação política das operárias foi um ponto de inflexão na atuação feminista sindical na região do norte da Itália.

Sarti (2004) habitaria na observação sobre o feminismo enquanto experiência histórica no Brasil, faltando explorar, no entanto, como certos encontros historicamente proporcionados não são de todo inéditos e tampouco destacados das identidades políticas forjadas no contexto maior da América Latina⁸.

O que gostaria de chamar a atenção é para a centralidade do elemento interclassista na tese de Sarti para explicar o movimento feminista da época. Sua principal evidência é apresentada pela autora que aponta como a “mulher trabalhadora”, à princípio, foi o sujeito de representação estrategicamente escolhido para a união do movimento por se encontrar entre o campo de incidência do marxismo e a concepção liberal do trabalho remunerado como instrumento de emancipação da dona de casa (SARTI, 1988, p. 42).

O avanço da corrente feminista em seguida, no entanto, mostra novos contornos da conformação do movimento. Sonia Alvarez (2014b, p. 22) registra um “conflito constitutivo” do feminismo nos anos de 1970-1980 que demarca uma tendência autônoma em relação a um suposto espaço político exterior formado por diversos setores. Entre estes podem ser listados as organizações da esquerda que colocavam a pauta feminista como contradição menor, as militantes de tais organizações, as mulheres de organizações populares e, por último, os movimentos do Norte identificados pelo imperialismo e *status* burguês. A autora recupera, através de testemunhos, como a definição de autonomia deste campo implicou a neutralização da heteronormatividade e das questões de classe, mas, sobretudo, de uma posição racial negada (ALVAREZ, 2014b, p. 23).

Tal qual a “mulher trabalhadora” teve seu histórico de construção enquanto sujeito do feminismo brasileiro, paralelamente, houve uma trama no cerne da identidade feminista, tanto no Brasil quanto no restante da região, que buscou se distinguir da identidade de outros setores do movimento de mulheres (ALVAREZ, 2014a, p. 61). É convicção deste trabalho que tal feito teve um custo para o programa emancipatório feminista. Ainda que sob a contestação dos setores à margem da “autonomia” conformada, foi reservado um papel residual à dimensão interracial e ao regime sexual, ainda que de formas distintas. Nota-se que Sarti não rompe com essa prática, e não obstante as categorias ensaiadas pela autora demonstrando a construção de diferentes posições e os arranjos negociados para a operação articulada entre os distintos setores do movimento, esta chama a atenção para como é a heterogeneidade colocada pelos movimentos lésbico e de mulheres negras que desponta na “unidade desfeita” (SARTI, 1988, p. 44).

As experiências e discursos que são articulados através de categorias como raça e sexualidade para enunciar esses sujeitos no campo polí-

⁸ É também em Alvarez (2014b, p. 22) que encontramos que o conflito entre “luta geral – militância política” e “luta específica – militância autônoma” não se ateve aos espaços locais e nacionais, mas também à nível regional, nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe (Eflac), durante os anos de 1980.

tico feminista não ocupam a mesma legitimidade que as articulações entre gênero e classe, neutralizadas em seu status de articulação de origem do feminismo no Brasil.⁹ Infelizmente, Sarti estende o seu diagnóstico sobre as noções de um feminismo abstrato a todas as expressões feministas. Reproduzindo a mesma generalização à qual ela acusa o(s) feminismo(s) ocidental(is), a autora subordina todo o movimento à lógica feminista moderna e é incapaz de localizar presenças dissonantes em seu diagnóstico do movimento.

A narrativa fundacional do feminismo por Joana Maria Pedro: entre o Ano Internacional da Mulher e outras categorias de matriz eurocêntrica

Em uma entrevista recente, Joana Maria Pedro conta que, oriunda de uma família de classe média baixa que via a educação dos homens como um investimento, a sua trajetória inicia ainda como uma jovem trabalhadora que vê na ocupação de educadora uma oportunidade de trabalho estável, na década de 1970 (CAVALCANTI *et al.*, 2018). O interesse em estudos de gênero surgiu de sua discussão com uma colega de departamento sobre julgamentos morais envolvendo outra professora. O resultado foi sua tese de doutorado sobre o papel do comportamento feminino na construção da diferenciação por classe social e a legitimação de desigualdades na história local de Desterro, uma pequena cidade de Santa Catarina. Aqui é importante chamar a atenção para como, segundo seu relato, o tema proposto por Pedro para seu doutorado fez com que ela fosse identificada subitamente como feminista, revelando-nos mais uma vez gênero e classe como os eixos interpretativos de maior visibilidade do campo feminista na época.

Pedro, sobre a primeira revisão de sua proposta de projeto feita pela orientadora no doutorado: ‘A Maria Odila leu, olhou para mim, e disse assim: ‘é, tem algumas coisas aqui que ainda precisam revisar; talvez deixar mais claro os objetivos e talvez ter algumas outras leituras, mas o bom é que você é feminista. Olhei para ela assim: ‘eu?’ [risos] Mas se a Maria Odila diz que eu sou feminista, quem sou para dizer que não?’ (CAVALCANTI *et al.*, 2018, p. 245).

Em Sarti (1988), já abordei as limitações produzidas ao apontar as categorias de classe e gênero para expressar as únicas contradições e antagonismos sentidos na época (pois as demais – segundo esta versão – teriam vindo depois). Apesar de se envolver em um diálogo crítico com os principais elementos do trabalho de Sarti, na análise de Pedro (2006) a

⁹ Aqui é importante apontar que o amplo campo partidário marxista foi integrado por distintas vertentes, passando pelo stalinismo-leninismo, maoísmo e trotskismo.

obstrução de entendimentos sobre a constituição racial, hétero-sexista e colonial de gênero emerge novamente quando a autora mergulha seus leitores no impasse trazido pelas dicotomias “luta geral *versus* luta específica” como sendo resultado dos conflitos e lutas de poder no cenário de disputa pelas origens do(s) feminismo(s) no Brasil. A autora estará empenhada em trazer a invenção de um marco fundador do movimento de mulheres brasileiras durante a declaração do Ano Internacional da Mulher pelas Nações Unidas. Assim, meu interesse principal foi ver como Pedro (2006), ao questionar o que ela chama de “narrativa de origem”, irá propor uma interpretação alternativa, bem como observar quais setores a autora irá localizar para contextualizar o(s) feminismo(s) no Brasil.

Em primeiro lugar, Pedro (2006) expõe como a narrativa que constrói o Ano Internacional da Mulher enquanto advento de criação do movimento feminista é responsável por fixar as mobilizações das mulheres em um espaço e tempo específicos. As “primeiras” aparições feministas viriam a ser identificadas no grande centro urbano do Rio de Janeiro para que só então aparecessem espaços do movimento em outros lugares do Brasil, impondo um papel subalterno à realidade das mulheres em outros territórios (PEDRO, 2006, p. 252). A fim de apreender a edificação desse evento como marco fundacional do feminismo, é possível igualmente encontrar orientações em autoras latino-americanas como Andrea D’Atri (2004). A autora lança luz sobre os antecedentes dos processos revolucionários que vão de 1968 até o início dos anos 1980 em diferentes partes do mundo. Segundo D’Atri (2004, p. 115-116), a América Latina testemunhou a produção de:

‘transições democráticas’ ao final desse período, onde ‘a ‘democracia’ passou a ser a política privilegiada do imperialismo estadunidense para com o nosso continente, como resposta defensiva ao surgimento da mobilização independente das massas contra esses mesmos regimes ditatoriais, que já se encontravam profundamente desprestigiados’¹⁰.

Para grande parte dos movimentos feministas da região, resultou a transformação da ação “insurrecional” para “institucional”, uma vez que fazia parte da agenda conquistar novos lugares dentro do regime político, das instituições do Estado, da Universidade e até mesmo das agências financeiras multilaterais (CAVALCANTI *et al.*, 2018, p. 116). O cenário, portanto, deve ser contemplado para entender tal momento em que a ocupação feminista das instituições produziu a invisibilização de gerações quanto às experiências, ações e saberes de setores feministas que não atendiam às mesmas estratégias e agendas.

¹⁰ Tradução feita por mim do espanhol para o português.

De volta às investidas de Pedro (2006) que são mais contidas para reconstruir a façanha feminista, podemos apontar duas principais operações. A primeira diz respeito à tentativa de contradizer o monopólio da agência no Ano Internacional da Mulher como sendo das mulheres partidárias ligadas a correntes marxistas, e ressaltar a existência e participação das correntes do feminismo radical e liberal. Pedro (CAVALCANTI *et al.*, 2018) realiza entrevistas com militantes sobre suas experiências de identificação com o feminismo, investigando como elas chegaram ao “evento de inauguração” e expondo os conflitos e influências mútuas entre as diferentes correntes. Contudo, os testemunhos recolhidos por Pedro não desafiam um nexo da experiência feminista estabelecida dentro de um universo restrito às participações de mulheres no movimento estudantil e partidário, em circuitos de ativismo transnacional e nas organizações de mulheres formadas no grande centro urbano de São Paulo e Rio de Janeiro.

A segunda operação da autora é buscar comprovar que algumas participantes das correntes radical e liberal estavam envolvidas em círculos feministas antes das ações do Ano Internacional da Mulher. Nesta fase, Pedro (2006) reivindica uma genealogia feminista que contemple as atividades feministas dentro dos grupos de autoconsciência, por exemplo. Mas também através das traduções de livros feministas dos Estados Unidos e da Europa por mulheres intelectualizadas de classe média e alta, a maioria delas com experiência política e acadêmica no exterior. Nesse sentido, observe as limitações de seu trabalho, que não busca entender como caminhos feministas foram forjados, tendo como base conhecimentos e experiências localizadas no contexto social, cultural e histórico brasileiro.

Por causa das considerações estreitas de Pedro sobre quem compõe o campo feminista, a autora observa os efeitos que a dicotomia apontada acima trouxe como parte dos conflitos entre os setores do feminismo radical, liberal e marxista em suas investidas nas categorias de gênero e classe. Contudo, houve efeitos mais amplos nos feminismos da América Latina, incluindo a dicotomia que nós, enquanto feministas, temos criado em torno do que são consideradas ou não questões específicas da mulher, e a negação persistente das agendas das mulheres que não se identificam como feministas. E mais uma vez, se observada criticamente a produção de conhecimento que aqui se discute, é possível emitir um alerta para que se as práticas feministas, por um lado, sofrem ingerência da lógica partidária marxista (LOBO, 1999), a reclamada autonomia da “corrente feminista”, por outro, não está livre de um legado conceitual e político de caráter colonial moderno, formado igualmente dentro de doutrinas do pensamento político que definem o programa emancipatório feminista.

A combinação das lutas de classe e de sexos ensaiadas no exílio por brasileiras remete a uma noção de patriarcado que, como brilhantemente registrado por Albertina de O. Costa (1988, p. 66), irá até mesmo

fazer “delirar que as mulheres constituiriam a nova classe universal”¹¹. A autora consegue se aproximar da avaliação que aqui faço sobre os achados de Sarti (1988, 2004) e Pedro (2006) em relação ao arranjo feito pelo movimento feminista brasileiro em sua relação com o movimento de mulheres ao se inspirar no feminismo materialista francês. Costa (1988, p. 69) preconiza que não se trata de buscar reproduzir ortodoxias, mas apontar o enorme fosso que separa diversos movimentos de rebeldia e tomar a tarefa de procurar uma explicação convincente sobre a natureza híbrida dessas manifestações que aqui tiveram lugar. Por causa das estreitas considerações de Pedro sobre quem compõe o campo feminista, a autora é virtualmente obrigada a limitar-se à dinâmica que o “paradoxo constitutivo” representou aos conflitos desses mesmos dois setores, quando na realidade, gerou efeitos mais amplos nos feminismos latino-americanos. Minha sugestão é que isso aconteça porque a autora não considera o movimento feminista em suas articulações com campos políticos além daqueles observados em sua obra. Procedimento este que não deixa de ir de mãos dadas com as suas práticas teóricas.

Por um feminismo afrolatinoamericano: a contribuição de Lélia Gonzalez para expandir as fronteiras do(s) campo(s) feminista(s)

Após mais de 25 anos do legado deixado por Lélia Gonzalez através de sua trajetória política, cultural e intelectual, esta tem sido ainda bastante negligenciada por parte de diversos campos do feminismo, principalmente de feministas brancas. Mas não somente, visto que seu trabalho ainda pouco circula nos demais campos políticos da esquerda e do pensamento crítico, apesar do crescente debate promovido por intelectuais afrobrasileirxs sobre a perspectiva negra, diaspórica, anti-racista, anti/decolonial, dentro e fora do Brasil. Não fosse assim, aqueles setores poderiam aprender muitas das lições passadas por Gonzalez sobre a realidade histórico-cultural e política da sociedade brasileira e seus movimentos sociais, que a intelectual tratou de definir como fortemente atravessada pelo mito da democracia racial. Da denúncia feita pela autora irão se desprender boa parte de suas elaborações, como é o caso da sua análise sobre as categorias do movimento feminista e de mulheres no Brasil durante os anos de 1980.

Em *Por um feminismo afrolatinoamericano*, a autora introduz o itinerário político e epistemológico de mulheres negras e indígenas, identificando as questões raciais e étnicas presentes na realidade brasileira e

¹¹ Um exemplo de crítica que se destaca nesse sentido tem sido desenvolvida por Breny Mendoza (2010) em seus diversos artigos sobre feminismo transnacional em que a autora trata a colonialidade do pacto social democrático liberal como uma resposta à elaboração de Carole Pateman, em *O contrato sexual*.

latino-americana (GONZALEZ, 2011). A autora elabora sua crítica a partir das categorias sistematizadas por Virgínia Vargas para explicar as correntes dos movimentos de mulheres através: 1) dos movimentos populares, 2) partidos políticos e 3) da corrente feminista. Para Gonzalez (2011), grande parte das mulheres identificadas como pertencente aos movimentos populares se mobiliza e organiza em torno da precarização e informalidade no trabalho e, portanto, também de sua sobrevivência familiar. São elas também, segundo a autora, as principais afetadas pelo modelo conservador e de modernização excludente vigente em tais décadas. Suas condições econômicas, sociais e históricas explicariam sua escassa identificação nos outros dois setores de mulheres.

No entanto, Gonzalez (2011) adverte sobre as limitações da categoria popular para retratar a participação e experiência das mulheres, pois ela ocultaria a dimensão racial vivenciada pela sua maioria, sendo diluída na perspectiva de classe. A crença de que o setor popular não é capaz de contemplar a luta de mulheres nos movimentos étnicos leva Gonzalez a conceber e chamar a atenção para a presença das amefricanas e ameríndias nos movimentos da região. Esta participação vai sendo tecida por Gonzalez conforme a autora esmiúça como a experiência histórica da escravidão uniu a população afrobrasileira: mulheres, homens, idosos e crianças, na construção de comunidades de resistência nas quais compartilharam os efeitos dolorosos em suas vidas, mas também as formas políticas e culturais para combater a supremacia branca (GONZALEZ, 2011).

Essas comunidades atravessaram os séculos e foram reinventadas em diálogo com os diferentes contextos, assumindo diferentes formas de luta. Os anos desde os quais Lélia Gonzalez escreve são de crescimento dos movimentos indígenas e negros na região. No entanto, a autora revela que práticas sexistas dentro desses espaços levam as mulheres a buscar uma aliança em espaços dos movimentos feministas, onde encontram outras práticas opressoras, desta vez através do racismo. No conjunto da obra de Gonzalez (2018) são vários os relatos fundamentando seu trabalho, baseados em momentos de enfrentamento nesses espaços que a própria autora vivenciou desde sua posição como mulher negra acadêmica, participando da política partidária de esquerda, no movimento negro, feminista e de mulheres negras. Sua conclusão é de que o caminho encontrado pelas mulheres amefricanas é integrar o movimento de mulheres enquanto movimento étnico.

Enquanto isso, esta categoria merece maior atenção aqui pela oportunidade que ela oferece para desbancar a assimilação através da imposição da matriz político-cultural eurocêntrica no subcontinente americano. Muitas vezes definida em termos de uma identidade “latina”, que é utilizada até mesmo para reivindicar insubordinação ao imperialismo, esse processo centraliza o sujeito branco e ocidental nas experiências da região. É assim que ainda em 1988, *A categoria política cultural de amefricanidade*

foi amadurecida em um artigo escrito por Gonzalez (1988), inti-tulado da mesma maneira.

Inspirada em discussões da psicanálise e análise histórica, Gonzalez (1988) cunha essa noção para advogar pela participação negra na formação histórico-cultural das Américas. A autora ressalta esses termos, principalmente, para a formação das sociedades brasileira e caribenhas, mas que se estende, igualmente, a todo o continente. Ela pode ser exemplificada de diversas maneiras como acontece no caso da transformação da língua portuguesa por línguas africanas como o Bantu, dando origem ao que a autora chama de Pretuguês – a oralidade presente na língua falada e vivida no Brasil. Essa explicação, segundo a autora, dá conta das realidades histórica, geográfica e cultural da região, respondendo à historicidade específica da comunidade afro-diaspórica que aqui se estabelece, diferentemente da que formada nos Estados Unidos, e que tampouco se encontra como era nas nações africanas.

Para concluir a discussão sobre a contribuição de Gonzalez, faço espaço para as elaborações de Cláudia Pons Cardoso (2014), que alega que a autora disponibilizou possibilidades teórico-políticas a uma formulação original e contextualizada sobre a contribuição amefricana à descolonização da produção de conhecimento e à historicidade da experiência negra, sendo esse também o caso de seu aporte para os movimentos feminista e de mulheres no Brasil.

Conclusão

Pensando em termos de uma periodização própria das práticas e conhecimentos feministas no Brasil e em diálogo com sua formação social, o mapeamento e análise de narrativas aqui expostas informam que o histórico colonial do sistema moderno capitalista, no Brasil, faz com que o conflito esteja presente desde os primeiros preparativos do campo feminista que puderam ser localizados. Isso se opõe a uma perspectiva sobre a formação feminista que afirma que as experiências que politizaram as estruturas de classe, raça e sexualidade alcançaram os debates feministas de acordo com uma noção moderna progressiva de tempo e história. Tal confronto tem sido historicamente interpretado por grande parte do conhecimento feminista no Brasil através de um tipo de releitura marxista que é capaz unicamente de repensar as relações de um sistema patriarcal em relação ao capitalismo e vice-versa. Nesse sentido, é importante assinalar que o contato das narrativas proporcionadas por Sarti e Pedro se revelou muito mais próximo em seus dilemas ao campo feminista da época do que em relação à Gonzalez. Esta dialoga com as correntes apontadas pelas demais para promover sua crítica sem, porém, receber o mesmo tratamento.

É através da colonialidade de gênero (LUGONES, 2007), que conceitualmente me ajudou a ler as narrativas mapeadas, que a denúncia de Gonzalez (2011) sobre o mito da democracia racial assume um potencial de redefinir as fronteiras geopolíticas do conhecimento na elaboração de práticas de mapeamento teórico-político feminista nos anos de 1970-1980. A partir deste estudo, confirma-se a proximidade da relação da proposta ameíricana de Gonzalez, anunciando o feminismo negro no Brasil, à trajetória do feminismo decolonial na América Latina. Bebendo nas epistemologias negra e indígenas, mas também nas tradições terceiro-mundista, pós-colonial e dependentista de um tempo, acredito que estas alimentam, de alguma forma, leituras complexificadas do sistema capitalista global desde a diferença colonial de gênero nas periferias.

A análise das narrativas também contribuiu ao expor a interação entre as identidades políticas que distinguem o movimento feminista do movimento de mulheres no Brasil e na região. Esta relação tem pressuposto que, embora este último deva ser consciente e aberto para articular agendas diferentes, os entendimentos feitos das opressões das mulheres pelo feminismo continuarão intactos para o mesmo, não sofrendo transformações orientadas por visões de mundo e experiências que concebem que o processo de (hetero)sexualização e generização não se impõe às mulheres pelo gênero, mas pela racialização e classe. Esta relação, a duras penas, externa possibilidades de radicalização do feminismo, quando o mesmo sofre um questionamento sobre a primazia do gênero para explicar as experiências das mulheres.

Deparar-me com as dimensões e categorias manipuladas pelos distintos campos feministas me fez estabelecer pontes com o seu atual estado de arte e apropriações. É possível observar como certas interpretações deste passado recente produzem genealogias e consequências políticas para o tempo presente. Através do processo instituidor do 8M e a convocação de uma greve geral de mulheres, é mobilizada uma memória amnésica e racista, tal qual denunciava Gonzalez em sua época, sobre a origem escravocrata do trabalho doméstico em nossas sociedades de histórico colonial capitalista. As articulações entre algumas organizações partidárias e o feminismo de inspiração materialista retomam a centralização do discurso, onde muito pouco ou nada pode ser questionado em termos de interesses e relações de poder no(s) movimento(s) feminista(s).

E ainda, é possível continuar indagando acerca das repercussões de uma interpretação do movimento feminista enquanto um movimento interclassista: o que significa dizer que o feminismo é um movimento composto por diferentes classes sociais? Haverá uma implicação, explícita ou implicitamente declarada, para seu programa político de emancipação? Como é praticada essa composição interclassista? Esta reflexão tem sido estopim para pensar a continuidade de meu argumento contextualizado na

atualidade, em um ir e vir de um movimento dialético entre os dois períodos históricos.

Por último, é importante ressaltar que o trabalho representa um processo chave em minha formação enquanto militante pesquisadora. Derivado de um período na academia feminista do Norte geopolítico, este foi um momento de traçar escolhas políticas e epistemológicas que refletissem a minha experiência enquanto educadora e integrante do movimento social em um espaço de intensa oferta de teorias feministas eurocêntricas burguesas e de forte demanda pela matéria prima da experiência “outra” latino-americana. Assim, perguntei-me acerca da tarefa de uma bolsista racializada como branca, com um passaporte obtido através de sua avó italiana, em um programa que convoca feministas “de fora” da União Europeia, sob a promessa multicultural neoliberal. É uma pergunta que irá repercutir, espero, por muitos anos em meu trabalho.

Referências

ALVAREZ, S. E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. *Revista Feminismos*, v. 2, n. 1, jan./abr. 2014a.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, jan./jun. 2014b.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.

CAVALCANTI, E.; CABRAL, G.; DAMASCENO, J. L. Entre histórias, gênero e política: fragmentos da trajetória de Joana Maria Pedro. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 20, n. 35, jun. 2018.

COSTA, A. O. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 66, ago. 1988.

D'ATRI, A. Diferencia de mujer, diferencias de mujeres. In: D'ATRI, A. *Pão e rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones Las armas de la crítica, 2004.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Caderno de formação política do Círculo Palmarino*, v.1, n. 1, 2011.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: UCPA, 2018.

LOBO, E. S. A classe operária tem dois sexos. In: LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUGONES, M. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, v. 22, n. 1, 2007.

MENDOZA, B. Los desafíos de los feminismos transnacionales en la nueva era del genocidio. *Cadernos de Sociología*, n. 10, 2010.

MIÑOSO, Y. E. Los cuerpos políticos del feminismo. In: ENCUENTRO LÉS-BICO FEMINISTA DE LATINOAMÉRICA Y DEL CARIBE, 9, Guatemala, 2010a.

MIÑOSO, Y. E. Prólogo. In: MIÑOSO, Y. E. (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la Frontera, 2010b.

MIÑOSO, Y. E. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El cotidiano*, Ciudad de México, v. 184, mar./abr. 2014.

MIÑOSO, Y. E. Hacia la construcción de la historia de un (des)encuentro: la razón feminista y la agencia antiracista y decolonial en Abya Yala. *Praxis*, Rio de Janeiro, v. 76, n. 2, jul./dez. 2017.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n.52, 2006.

PISA, B.; BOSCATO, S. *Donne negli anni Settanta*. Voci, esperienze, lotte. Milano: Franco Angeli, 2012.

SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, fev. 1988.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001.

SEABRA, J. E.; ASSIS, M. P. Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2021.56083

Recebido em 09 de março de 2020.

Aprovado para publicação em 05 de setembro de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.